



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA

Estado de Goiás

**AVISO DE DISPENSA Nº 26/2024.
(Processo Administrativo nº 22/2024)**

Torna-se público que o PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA, por meio do(a) Departamento de Licitações da Prefeitura de Corumbáiba-GO, realizará Dispensa, para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de ovos de páscoa, conforme especificação no TR, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

As propostas poderão ser encaminhadas para o sítio eletrônico licitacaopmcorumbaiba@gmail.com, até as 17h do dia 21 de março de 2024.

Dúvidas poderão ser sanadas através do e-mail em epígrafe e pelo telefone 64 3447-7000.

FABRICIO SILVA DE DEUS
Presidente da Comissão de Licitações



TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente dispensa de licitação a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de 200 unidades de ovos de Páscoa de 50g e 1.350 unidades de ovos de Páscoa de 70g, destinados à comemoração da Páscoa e distribuição gratuita à população de baixa renda, com o intuito de promover inclusão social e bem-estar comunitário durante o período pascal.

II - JUSTIFICATIVA

2.1. A presente despesa se justifica, ante a necessidade de distribuição dos ovos de páscoa à população de baixa renda durante o período da Páscoa, promovendo a inclusão social. Esta ação tem um impacto direto no bem-estar da comunidade, enfatizando a importância da medida adotada.

2.2. O valor de contratação que não ultrapassar R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), também buscando economia para a administração, com recursos financeiros para o impulso do procedimento e com publicação, entende-se que a contratação pela via da Dispensa de Licitação, se justifica, amparada no inciso artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. Fica justificada sua contratação.

III - QUANTIDADE E CUSTO ESTIMADO

3.1. A estimativa de custo será apurada levando-se em conta a média de valores de três orçamentos obtidos por empresas especializadas.

3.2. Já o estimado a ser comprado, levou em consideração levantamento realizado entre as Secretárias de Assistência Social e coordenadora da Secretaria de Educação, conseguindo assim, estimar a quantidade de crianças do município.

IV - LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. O fornecimento será, neste município, devendo ser entregue na sede da Secretaria de Assistência Social.

4.2. O prazo para entrega é de 3 dias, após emissão de ordem de fornecimento.

4.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, onde já estarão inclusos a mão de obra agregada, todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais e eventuais isenções), leis sociais, administração, lucros e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA

Estado de Goiás

4.4. Os objetos a serem fornecidos deverão no mínimo atender as especificações técnicas exigidas neste edital.

4.5 A Contratada deverá ter funcionários habilitados, treinados e capacitados, para execução dos serviços a serem prestados.

4.6. Todo o produto licitado ou parte do mesmo que apresentar alguma inconformidade com o presente termo de referência, irregularidades, insegurança ou risco ao público, deverá ser substituído ou refeito, em condições perfeitas de utilização ao evento, num prazo de tempo útil para a realização do mesmo, sem qualquer ônus ou ressarcimento por parte da Contratante.

V - PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada cada etapa de fornecimento, conforme atividades descritas no item 4.1.

5.2 O valor da Nota Fiscal/fatura deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da nota fiscal;

5.3 O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da efetiva prestação do serviço, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado;

5.4 A contratante efetuará o pagamento somente para a empresa contratada, vedada a negociação dos documentos de cobrança com terceiros, ou a sua colocação em cobrança bancária;

5.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada e de regularidades perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), mediante respectivas certidões negativas.

VI - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA

Estado de Goiás

6.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Município de Corumbáiba, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avaria ou defeitos;

6.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR, o produto em desacordo com normas sanitárias e forma estabelecida neste instrumento;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

6.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

VII – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega dos produtos;

7.2. Efetuar os pagamentos por meio de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após a data da efetiva entrega, observando-se, antes do pagamento, a atestação da Nota Fiscal, e demais exigências da legislação vigente;

7.3. Devolver, com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações;

7.4. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos;

7.5. Rescindir o Contrato, formalizado por escrito e mediante a anulação da Nota de Empenho, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

7.6. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais atinentes à presente contratação.

VIII – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

8.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de serviços e bens comuns.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA

Estado de Goiás

IX - DO PREÇO E DOTAÇÃO

9.1. O preço estimado total para a referida prestação dos serviços e aquisição é de R\$ 8.224,50 (oito mil duzentos e vinte quatro reais e cinquenta centavos), de acordo com orçamentos emitidos por empresas do ramo.

9.2. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguro, transportes, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na entrega do produto.

9.3 As despesas decorrentes da contratação serão adimplidas com recursos oriundos da dotação orçamentária: 8.244.0010.2.022.3.3.90.30-07 e 4.122.0003.2.005.3.3.90.30-07.

X - SANÇÕES

10.1. Com fundamento na Lei nº 14.133/21, a contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso o material seja entregue com atraso, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Corumbá, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.2. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do Município de Corumbá, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

XI - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

11.1.1. O fiscal do contrato será designado mediante Portaria a ser anexado ao contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA

Estado de Goiás

11.2. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e/ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

11.3. representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Corumbáiba, 03 de janeiro de 2024.

MARCOS DIVINO PEIXOTO

Secretário Municipal de Administração, Infraestrutura e Planejamento

NÚRIA BRITO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social